

Entrevista

“Os museus podem contribuir para a dignidade da pessoa humana, para a dignidade social”

Entrevista com Mário Chagas

(Referência em museologia, o Prof. Dr. Mário Chagas realizou aula inaugural do Mestrado em Patrimônio Cultural e Sociedade na Univille em 2014, tematizando a relação entre museus e movimentos sociais na contemporaneidade)

Maria Cristina Dias¹

Mário Chagas é graduado em Museologia pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio) e também licenciado em Ciências pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), tem mestrado em Memória Social pela Unirio e doutorado em Ciências Sociais pela Uerj. Foi um dos criadores do Instituto Brasileiro de Museus, é membro do conselho consultivo da Universidade Comunitária Regional de Chapecó (Unochapecó), docente, conferencista e pesquisador da Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias (ULHT) e professor adjunto da Unirio. Tem experiência na área de museologia, com ênfase em memória social, instituições de memória e patrimônio cultural, atuando principalmente nos seguintes temas: museu, museologia social e patrimônio cultural.

Com livros e artigos publicados no Brasil e no exterior, Chagas hoje é uma referência na área de museologia. Ele esteve na Univille no dia 4 de abril de 2014, para realizar a palestra “Memória, museus e movimentos sociais”, que marcou a aula inaugural do Mestrado em Patrimônio Cultural e Sociedade, e concedeu entrevista à *Revista Confluências Culturais*.

Mário Chagas traçou um breve histórico da construção dos museus nos séculos XVIII e XIX e explicou como os movimentos sociais trouxeram novos questionamentos e contribuíram

¹ Jornalista, mestranda em Patrimônio Cultural e Sociedade pela Universidade da Região de Joinville (Univille).

para desencadear uma renovação museal a partir dos anos 1960. “Muda o conceito de museu. Muda o conceito de público. Ao invés de público, se passa a falar em comunidade, em grupos de interesse”, assegura, destacando que a ideia de perenidade (característica do modelo tradicional) foi alterada nesse novo contexto. “Os museus sonhavam com a eternidade. E esses novos museus, não. Eles são museus da transitoriedade”, explica.

Revista Confluências Culturais (RCC) – Qual a relação dos museus com os movimentos sociais e com esse jogo contemporâneo?

Mário Chagas (MC) – Os museus, no formato como nós os conhecemos hoje, nasceram no século XVIII. Ali se estabeleceu o que eu denomino de paradigma clássico da museologia. Ele se desenvolveu, e se arrastou de certo modo, até a primeira metade do século XIX. E foi por volta dos anos 1960, com a renovação dos movimentos sociais, que os museus foram profundamente questionados. Na verdade, já em maio de 68, depois nos anos 70, e nos movimentos que se renovaram nos anos 80... Eles apresentaram não só um conjunto de questões para os museus, mas um chamamento para se renovarem, dizendo “que sentido faz a manutenção desses museus se eles estão descomprometidos, se estão de costas para a sociedade?”. É como se eles dissessem, em uma linguagem contemporânea: “Esses museus não nos representam”. Com isso, os movimentos sociais colocaram mesmo em questão os museus. Mas ao fazerem isso, em certa medida, eles desafiaram os museus para uma renovação. Foi como um chamamento para que os museus dessem atenção a um conjunto novo de questões que estavam aí colocadas. As questões dos povos indígenas, a questão do movimento negro, a questão feminista...

RCC – Que estavam à margem do processo tradicional...

MC – Sim, à margem desse processo. E mesmo as questões ambientais... E começam a surgir, então, experiências que vão se desenvolvendo nessa direção. Na direção da renovação do temário dos museus e na renovação dos museus. Novas experiências efetivamente surgem. Os museus, ao invés de ter como núcleo o edifício, passam a trabalhar com a ideia de território. Ao invés de ter como núcleo a coleção, passam a trabalhar com a ideia de patrimônio.

RCC – Muda o próprio conceito de museu então?

MC – Muda o conceito de museu. Muda o conceito de público. Ao invés de público, se passa a falar de comunidade, em grupos de interesse, muda o conceito de coleção, de edifício... Muda o conceito de museu. O museu passa a ser, inclusive, processo. Passa a ser o que denominamos hoje “processos museais”.

RCC – Isso questionou um conceito básico dos museus, que é a perenidade?

MC – Sim, isso foi totalmente alterado. Porque os museus surgidos lá no século XVIII, XIX, desejavam a perenidade, a eternidade. Os museus sonhavam com a eternidade. E esses novos museus, não. Eles são museus da transitoriedade. Então, não é um desejo de ser eterno. É um desejo de cumprir determinadas funções sociais. Depois que elas são entendidas, eles podem inclusive deixar de existir. Foi o caso do Museu do Rato. Cumpriu um papel. Nesse caso, o museu é compreendido como uma tecnologia social, uma ferramenta que pode cumprir uma determinada função, uma determinada finalidade. Depois de alcançado isso, ele pode mudar o foco. É muito mais um conjunto de metodologias e procedimentos colocados a favor de um problema. O que mudou também, em relação aos museus clássicos, ortodoxos, é que antes se dizia que eles tinham uma coleção de bens culturais. Os novos museus têm uma coleção de problemas, um conjunto de demandas. Eles operam com essas demandas. Eles têm questões. Se isso vai gerar um acervo permanente ou não, é outra questão.

RCC – Essa transitoriedade não é uma característica muito marcante dos nossos dias? É algo que a gente vive hoje, as coisas são efêmeras...

MC – Eu diria que sim. Eu penso que é o museu dialogando com o seu tempo, assumindo a transitoriedade como um dado. Assumindo que pode ser transitório e ainda assim cumprir funções importantes. Essa museologia da transitoriedade não deixa de ter grande relevância. Ela pode ser altamente relevante e ainda assim transitória.

RCC – Esta seria a próxima questão: como esse processo pode contribuir para os movimentos sociais e, além disso, para a sociedade em si?

MC – Em relação aos movimentos sociais, nós já vemos isso, eles estão hoje se apropriando da ferramenta museal. São os povos indígenas, como os índios ticunas, lá no Alto Solimões. Eles criaram um museu, que fica na cidade de Benjamin Constant. Nessa região, o único museu que existe é o dos índios ticunas. Os não índios se utilizam do museu ticuna, onde podem ter uma experiência de museu. Da mesma maneira os índios pataxós, na Bahia, em Coroa Grande, criaram uma experiência de museu. Os terreiros de candomblé passaram a criar sua experiência de museu. Porque eles perceberam que o museu pode ser uma ferramenta útil, estratégica, para lidar com as questões de memória, para enfrentar as questões sociais. Mas, especialmente, os museus podem contribuir para a dignidade da pessoa humana, para a dignidade social. Isso altera tudo.

RCC – Esse seria o grande papel do museu na atualidade?

MC – Na atualidade... Então, se esse museu produz um benefício dessa natureza, que é contribuir para a dignidade social, para a coesão social, para a dignidade da pessoa humana... se ele deixar de existir, mas tiver feito essa contribuição, fez uma coisa extraordinária. Porque o que vai ficar é a experiência realizada, a experiência vivenciada. Isso é extraordinário, eu penso. E os movimentos sociais, então, estão se apropriando. No Terceiro Fórum Nacional de Museus, que ocorreu em Santa Catarina, em Florianópolis, foi incrível, porque o Movimento Sem-Terra de Santa Catarina fez uma exposição. Montou uma barraca e passou a apresentar a todos os participantes do fórum a sua experiência museal. Foi uma exposição temporária, tinha um caráter museal. Essas são formas como os movimentos vão se apropriando. E, é claro, fazendo com isso o seu próprio museu, desenvolvendo o seu processo, a sua experiência. Digo que isso é uma espécie de alfabetização museal. Cada um vai se apropriando e desenvolvendo uma forma própria de ler e escrever o mundo através dos museus.

RCC – E qual é a perspectiva desse movimento?

MC – Movimento é movimento, ele se faz andando, se faz no caminho. Estamos em um caminho. Mas ainda assim se pode dizer o seguinte: se pensarmos em termos de dados estatísticos, no Brasil nós temos em torno de 3 mil museus, o que é pouco, muito pouco. Nós temos mais de 5 mil municípios. Se eu pensar em um museu por município, tenho aí uma possibilidade de crescimento muito grande. Mas, se eu pensar ainda mais, que muitas comunidades poderão ter museus para dialogar com eles, dialogar a partir deles, para estabelecer processos de comunicação, nós temos um espaço de crescimento muito grande. E eu acredito que isso tende a acontecer, porque os movimentos necessitam construir as suas memórias para que possam olhar para o passado e continuar avançando. Avançar sem memória é como andar em torno do próprio rabo. Você fica rodando, rodando, rodando... Então, para avançar efetivamente, no sentido das transformações, você precisa da memória. Para saber o que você já fez, o que já conquistou, as lutas que tem hoje e as que enfrentará. Quando no Museu da Maré eles colocam a foto de uma palafita dos anos 60 com a lama no chão, a ponte de tábuas... e colocam uma foto de hoje, de uma casa de tijolos, de alvenaria, eles estão dizendo: “Nós éramos assim e chegamos a essa nova realidade. Tínhamos antes um conjunto de problemas e agora temos outro, mas avançamos”.